



ACÓRDÃO Nº113/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11375/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal para o Desenvolvimento e Meio Ambiente – FMDMA.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Itamar de Oliveira Mar (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM e DICAD-MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6407/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal para o Desenvolvimento e Meio Ambiente – FMDMA. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Itamar de Oliveira Mar**, responsável pelo Fundo Municipal para o Desenvolvimento do Meio Ambiente - FMDMA, no curso do exercício 2016, nos termos do art. 11, III, a), 4 c/c art. 22, II da Lei n. 2423/1996;
- 10.2. **Recomendar** ao Fundo Municipal Para o Desenvolvimento e Meio Ambiente – FMDMA:
 - 10.2.1. Que atue com zelo e presteza a atribuição de elaborar os Demonstrativos Contábeis, observando o que emana o art. 206 da Lei nº 1118/1971, evitando assim posteriores correções, pois ainda que não gerem prejuízo ao erário, em um primeiro momento, não representam fidedignamente das informações contábeis, como preconiza o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em sua 7ª edição;
 - 10.2.2. Que apresente na Prestação de Contas do próximo exercício o Inventário Físico Analítico dos Bens Imóveis adquiridos, identificando o detalhamento dos dados cadastrais consoante os Registros de Imóveis;
 - 10.2.3. Que somente comprometa seu orçamento com despesas a serem rigorosamente executadas no exercício, evitando-se, desta forma, comprometimento da própria dotação, aleatoriamente e sem qualquer



ACÓRDÃO Nº113/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

finalidade, e posteriores anulações, além de permitir que exista saldo orçamentário que possam ser realocados para outras ações, atividades projetos do Fundo em questão;

10.3. Determinar - À Comissão do próximo exercício certifique-se da regularização do valor **R\$ 62.352,00** (Sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais), referente à aquisição de 120 nobreak e verificar se os correspondentes bens móveis foram incorporados ao patrimônio do FMDMA/SEMMA.

10.3.1. À Comissão de Inspeção do próximo exercício, certifique se o controle dos bens do Ativo Imobilizado está condizente com a Lei 4320/64 e com o Decreto Municipal 850/2011, certificando-se:

- a) Da existência física dos 120 nobreaks recebidos em 23/12/2016 adquiridos pela Nota Fiscal nº 003510;
- b) Do tombamento e entregas dos 120 nobreaks;
- c) Da emissão e atualização do Termo de Responsabilidade da Estrutura Operacional como emana o Decreto Municipal 850/2011;
- d) Da realização e atualização do Inventário dos Bens Móveis Permanentes distinguindo os bens da SEMMA e FMDMA;
- e) Do acompanhamento das Comissões Setoriais de Gestão de Bens Móveis e Imóveis da SEMMA e FMDMA;

Acolhido pela Relatora o voto-destaque em sessão do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela retirada da aplicação de multa. Vencido o voto destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou pela irregularidade das contas, alcance e multa.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Fevereiro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral, em substituição